



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS**

**RODRIGO BARBOSA TERRA**

**(depoimento)**

**2016**

**CEME-ESEFID-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA



**Projeto:** Garimpendo Memórias

**Número da entrevista:** E-627

**Entrevistado:** Rodrigo Barbosa Terra

**Nascimento:** 03/12/1968

**Local da entrevista:** EEEFTO/UFMG - Belo Horizonte

**Entrevistador/a:** Luiza Aguiar dos Anjos

**Data da entrevista:** 19/11/2015

**Transcrição:** Adriana Zimmermann

**Copidesque:** Pamela Joras

**Pesquisa:** Adriana Zimmermann

**Revisão Final:** Silvana Vilodre Goellner

**Total de gravação:** 36 minutos e 20 segundos.

**Páginas Digitadas:** 14 páginas

**Observações:**

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

## **Sumário**

Trajetória profissional; Envolvimento com temática do lazer; Atuação como formador do PELC. Formado em EF pela UFRJ, Doutor em EF pela Universidade Gama Filho, professor da Universidade Católica Dom Bosco (MS), assessor especial da Prefeitura Municipal de Corumbá (MS) e formador do PELC.

Belo Horizonte, 19 novembro de 2015. Entrevista com Rodrigo Barbosa Terra a cargo da pesquisadora Luiza Aguiar dos Anjos para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

L.A. – Primeiramente, muito obrigado Rodrigo por ceder espaço para essa entrevista. Eu gostaria de iniciar solicitando que você falasse sobre a sua formação.

R. T. – Eu sou professor de Educação Física formado na UFRJ<sup>1</sup> em 1991. Tenho uma especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior, fiz um Mestrado em Educação e Doutorado em Ciência do Exercício e do Esporte.

L.A. – E como é que a temática do Lazer esteve presente na sua trajetória?

R. T. – Na verdade a temática do lazer entrou na minha vida em um viés talvez diferente de quase todos os outros. Não foi via academia, foi via gestão! Durante um determinado momento da minha vida eu fui Secretário do Esporte do Estado do Mato Grosso do Sul e, ao pensar a gestão do Estado, na gestão pública, eu acabei me deparando de uma maneira mais séria vamos dizer assim. Não que eu não tivesse visto isso antes, mas de maneira mais séria, em uma preocupação em desenvolver políticas de lazer. Com isso me interessei pelo assunto e comecei a ter contato com várias pessoas e participar de vários eventos científicos. Acabei me dedicando um pouco mais a isso e no meu mestrado já comecei a trabalhar nesta área e no doutorado também. Então, na verdade, foi um viés diferente do que eu acho que a maioria, que foi da academia e acabou caindo aqui na gestão do PELC<sup>2</sup>. O meu caminho foi via gestão, foi para academia e agora volta para gestão. Agora não, já há algum tempo, ao executar esse trabalho do PELC.

L. A. – Quando você exerceu o cargo e gestor em Mato Grosso do Sul?

R. T. – Foi do período de 1999 até 2004.

L. A. – E quais foram as temáticas, de forma sucinta, do seu mestrado e doutorado?

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Programa Esporte e Lazer da Cidade.

R. T. – O mestrado foi um estudo de caso de um parque público do Mato Grosso do Sul, onde eu havia sido Secretário. A gente desenvolvia um projeto de lazer comunitário, bastante semelhante a esse do PELC, mais localizado, e a gente estudou esse parque. No doutorado eu estudei a questão da gestão de megaeventos esportivos.

L. A. – E como você conheceu o PELC?

R. T. – Também na gestão, no momento em que o Ministério do Esporte lançou a proposta do PELC. Possivelmente uma das primeiras reuniões, não tenho bem certeza disso, mas possivelmente uma das primeiras reuniões onde a proposta inicial do PELC foi apresentada, foi em uma reunião do Fórum dos Secretários Estaduais do Esporte. Eu era Secretário na época e lá foi o primeiro contato com o Programa e me interessei imediatamente pela questão do Programa. Como eu tinha um contato muito próximo com as pessoas que estavam dentro do Ministério e também era Secretário Estadual e de uma mesma base político-partidária que eu atuava no Governo do Estado também era do Governo Federal, então, tinha uma relação muito próxima da questão, de trocar informações, tecnologias. De uma maneira não oficialmente, mas eu acabei ajudando, dando sugestões e dicas, na construção inicial mesmo do Programa e logo em seguida a minha saída da Secretaria de Esportes, quando acaba o governo, eu sou convidado para participar mais diretamente. Na época acho que o nome nem era formador, acho que era chamado de consultor. Isso que a gente chama hoje de formação, desse grupo de formação.

L. A. – E você teve algum tipo de preparação para assumir essa função de formador ou consultor?

R. T. – Não., oficialmente não! A preparação que eu tive foi essa de ter a experiência já como Secretário lá na gestão estadual e de ter, por isso, contato com o PELC. Por ter projetos semelhantes a esses que aconteceram na gestão estadual, mas não teve uma formação específica para isso. Algo como “para você ser formador precisa ter passado por isso e por isso ou por aquele curso.” Enfim, formação mais específica não, acho que inclusive não existe isso para ninguém.

L. A. – E você atua tanto no PELC Todas as Idades-Urbano, quanto no Vida Saudável e no PELC Comunidade e Povos Tradicionais?

R. T. – Não existe formalmente essa divisão. dos formadores que vão atuar mais em um ou mais em outro. Essa divisão formal não existe, mas a gente percebe que há uma preferência por aqueles que tem se debruçam mais a esses temas, principalmente no PELC Comunidade e Povos Tradicionais. Eu nunca participei de nenhuma formação dessas de Comunidades Tradicionais, até porque não sou um estudioso mais a fundo dessas questões. Então acabo ficando mais no PELC Urbano mesmo, mas se for o caso terei que me dedicar um pouco mais na questão da programação de construir a programação. Com certeza teria que ter um esforço muito maior, porque não é um área que eu domino tanto, mas toparia, até porque o Programa é um programa só. A ideia é levar uma política de esporte e lazer de qualidade para todas as regiões do país.

L. A. – E como é que é o seu processo de planejamento e organização das atividades de formação?

R. T. – Bom, a gente tem todo um ritual já colocado: você recebe a informação de que você foi convidado para fazer aquela formação, então, você procura o Ministério do Esporte e agora a UFMG.<sup>3</sup> Eles têm feito isso de forma cada vez mais organizada e sistematizada. Você recebe os contatos de quem são as pessoas que cuidam do Programa, geralmente do Coordenador Geral, do Coordenador Pedagógico e tem um orientador pedagógico dentro do Ministério que executa uma função bem interessante. A gente faz uma relação com essas pessoas antes e procura saber como é a realidade lá da região. A partir disso tenta construir uma programação que seja mais próxima possível daquilo que a gente vai encontrar lá. Confesso pra você que isso nem sempre é muito fácil, porque às vezes a gente não consegue contato com as pessoas. Liga e elas não atendem, às vezes está muito corrido, não dá tempo de ligar porque perde o prazo e tipo: “Você tem que entregar essa programação daqui a dois, três dias.” Ou você não encontra e não consegue falar com a pessoa, mas você percebe que ela também, a pessoa lá do local, não está tão inteirada assim como você gostaria que ela estivesse. Mas o ideal é esse, que a gente consiga ter um

---

<sup>3</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

tempo hábil para conversar de uma forma um pouco mais aprofundada com essas pessoas, tanto com as pessoas ligadas à parte pedagógica do Ministério, quanto aquelas responsáveis por essa parte lá do município. Enfim, do local onde vai funcionar o Programa e tentar construir a partir dessa lógica mais local. Logicamente que respeitando as diretrizes, os objetivos do Programa, uma programação que atenda e que respeite essa realidade local.

L. A. – Tem alguma temática que você costuma dar maior prioridade, que você entende que é mais cara ao Programa ou aos contextos que você se envolveu até o momento?

R. T. – Eu acho que essa formação é um momento de você instrumentalizar aquelas pessoas que vão atuar no Programa e o Programa é um programa que ainda não é tão conhecido assim. Tem uma outra questão: eu tenho a opinião de que o Programa não é tão conhecido, que é complexo, que essa temática do lazer ela não é comum a todos, não são tantas pessoas que dominam a temática do lazer como a gente domina, porque a gente estuda isso no nosso dia a dia. Mesmo as pessoas que atuam, principalmente no campo da Educação Física, não tem esse domínio tão grande, então, é importante que a gente tente conseguir instrumentalizar as pessoas que vão atuar com algumas informações, com algumas ferramentas que na minha concepção são importantes. Eu procuro tentar trabalhar com essas ferramentas, por exemplo, com a questão das diretrizes; é uma questão muito importante que eu dou uma ênfase muito grande, a questão do planejamento pedagógico também é uma outra questão bastante importante. E, sem dúvida nenhuma, os conceitos básicos do lazer, porque eu fico sempre pensando o seguinte: eu se fosse um Coordenador de Núcleo, um agente, como é que eu vou montar uma grade horária de qualidade, apresentando gama de atividades diversificadas se eu não conheço nem quais são essas atividades; se eu não conheço nem quais são os interesses do lazer, então assim, eu sempre fico pensando em especial no Módulo Introdutório 1 que a gente tem que ter essa capacidade de passar todas essas informações, todas essas ferramentas para que ao final eles tenham condições de montar uma grade horária qualificada. Eu sempre fico pensando o seguinte: o produto final do Módulo Introdutório 1 é a grade horária qualificada, só que para chegar a essa grade horária qualificada, eles precisam de uma série de informações. Eu sempre procuro trabalhar de uma maneira mais forte essas informações logicamente que tentando também porque e não é uma tarefa fácil. Mas a gente tenta fazer ao longo da

formação, verificar quais são as fragilidades daquele grupo porque a gente percebe que determinados grupos compreendem melhor um determinado tema e não tão bem como outros. A gente tenta encontrar nos primeiros momentos da formação quais são essas fragilidades e aí tentar reforçar mais aquilo que a gente entende que eles precisam de mais reforço.

L. A. – E quais são as suas principais estratégias metodológicas?

R. T. – O PELC trabalha com uma série de estratégias metodológicas e tentando fazer conexão com a pergunta anterior, a partir do que a gente verifica de instrumentos que são importantes para a construção - estou falando mais especialmente do Módulo Introdutório 1 - que o produto é a grade horária, então, a gente precisa encontrar um formato que dê conta de passar esses instrumentos para eles, essas ferramentas. A gente tem uma vasta possibilidade que vem sendo trabalhada, de estratégias metodológicas. Por exemplo: uma delas é a visita técnica aos locais de funcionamento do núcleo. É uma estratégia muito importante. Existe hoje dentro do grupo de formadores uma certa discordância: alguns acham que não há necessidade da visita, outros acham que há necessidade de visita. Eu sou um daqueles que acham eu há necessidade da visita, em especial, No Módulo Introdutório 1 e no Módulo Introdutório 2. Eu acho que é importante que o agente, que o futuro agente, que o futuro coordenador conheça realmente onde ele vai atuar, quais são as possibilidades de atuação, que ele tenha um olhar diferente pra aqueles espaços, que ele possa ter um olhar que dê um novo significado àquele espaço, que dê um novo significado às atividades que ele pode cumprir naquele espaço. Voltando a tua pergunta: são várias as estratégias metodológicas e uma delas que eu considero das mais importantes é a visita.

L. A. – Você podia me falar como é que você organiza essa visita técnica e falar um pouco da visita pedagógica.

R. T. – A visita pedagógica é uma coisa muito nova ainda. Eu, na verdade, só fiz acho que uma ou duas visitas pedagógicas. É uma coisa que é recente no Programa. A visita técnica não, na verdade, existe ainda até uma confusão, até no ponto de vista da terminologia que quer dizer visita técnica. Na verdade a gente está chamando agora essa visita técnica de estudo da realidade e a visita pedagógica uma visita pedagógica mesmo. Assim a visita



técnica a gente procura criar um roteiro que nem é meu; é um roteiro que o grupo de formadores criou e a gente mais ou menos tem usado aquele roteiro padrão. Apresenta esse roteiro para o grupo antes, faz uma conversa preparatória de como que essa visita vai acontecer, qual que é a importância dessa visita, o que nós vamos ver lá. Essa coisa de ressignificar espaço, ressignificar atividades, apresenta o roteiro para eles, explica o que é o roteiro, pergunta se eles tem alguma dúvida, esse roteiro é bem detalhado. O que eles precisam estar olhando, desde se tem bebedouro, se tem banheiro, até o que tem ao redor do espaço, que tipo de comunidade tem lá, enfim, tentar conversar se for possível com alguma liderança comunitária ou com aquelas pessoas que estiverem ali em volta no momento... Se tem mais crianças, se tem mais idoso, se tem comunidade carente em volta, se o acesso é fácil, enfim, tem um roteiro bem detalhado. Então a gente apresenta isso para eles, explica o que é, faz a visita. Eu procuro fazer com que a visita seja feita, quando são grupos grandes, organizada pelos Coordenadores de Núcleos, quer dizer, o Coordenador de Núcleo é meio que responsável por aquele grupo de agentes. Logicamente que a gente faz a visita junto, acompanha e vai tirando dúvidas e a gente volta para o local e depois faz uma análise, uma reflexão sobre a visita: o que eles viram, se era aquilo mesmo, que novidades que eles têm, como é que eles enxergaram os locais, se eles acham que tem condições ou não, o que precisa mudar, se acham que o local deve ser aquele mesmo, se eles conseguiram conversar com a comunidade, enfim, a gente faz uma avaliação do que aconteceu na visita. Eu acho que tem funcionado e eu acho também que essa visita tem avançado muito; ela tem ficado cada vez mais qualificada vamos dizer assim. Antes meio que cada um fazia a visita do jeito que queria e muitas vezes me perguntei: “Poxa, será que essas visitas dessa forma servem para alguma coisa, ou se a gente não está perdendo tempo?” Hoje eu estou convencido de que o formato melhorou muito e que elas são importantes e que, quem sabe ainda, precisamos melhorar ainda mais para que elas possam ser realmente mais um instrumento importante de estudo da realidade. Daí elas vêm ao encontro das nossas diretrizes, que uma delas é trabalhar a partir do estudo da realidade, é trabalhar respeitando a diversidades desse Brasil tão grande. É isso.

L.A. – E com relação às visitas pedagógicas ainda que seja algo novo, o que você tem a dizer sobre isso?

R. T. – Eu volto a dizer: é algo novo. Acho que a gente ainda precisa avançar nelas, o próprio formulário a gente ainda não tem convicção; eu sou um dos que não tem convicção que ele é o melhor formulário. Acho que tem coisas que a gente, que não precisam estar ali, um instrumento de coleta de dados, acho que tem algumas informações exageradas, acho que tem algumas informações que o Ministério pode pegar ou a UFMG pode pegar direto com o responsável ou pelo convênio. Mas, assim, eu acho que são importantes, principalmente no momento que ela acontece; ela acontece lá no AV1<sup>4</sup> em um momento onde você pode ainda corrigir o rumo. Ela é mais detalhada, é mais rigorosa vamos dizer assim, porque, como você separa da formação, apesar de ser no mesmo momento, mas é um dia específico. Eu acho que você foca mais nisso, você deixa um pouco a formação de lado: “Bom, a formação passou, agora eu vou realmente olhar com outro olhar.” Nós formadores, então, a gente tem a possibilidade de olhar com calma, cada um dos locais, o que está acontecendo e ver alguns detalhes que às vezes podem ter passado batido. A questão da identificação, pode conversar um pouco melhor com as pessoas que estão ali atuando, não só os agentes, mas também os usuários. Então acho o instrumento importante, mas volto a dizer: na minha opinião esse instrumento ainda, diferente do estudo da realidade ou da visita técnica, é um instrumento que a gente precisa experimentar um pouco mais; a gente precisa avaliar ele um pouco mais e ajustar. Acho que ele ainda não é o produto final, acho que ele ainda precisa ser melhorado por todos nós. Não é crítica a ninguém não, acho que por todos nós ainda estamos aprendendo a lidar com a visita pedagógica porque ela ainda é uma coisa muito nova.

L. A. – E que resultados que você já tem percebido de uma formação para outra nos núcleos que você participou. Do Módulo 1 para o Módulo 2, do o Módulo de Avaliação até ao final do conveniamento? Você percebe se a formação surtindo efeito nos agentes, no funcionamento do núcleo?

R. T. – Isso é tão complexo. Eu estou no programa desde 2007, então, eu perdi as contas de quantas formações eu fiz. E essas formações têm mudado muito. A gente está em um formato muito novo ainda, esse formato de Módulo Introdutório 1, Módulo Introdutório 2, Avaliação 1, Avaliação 2... A visita pedagógica é uma coisa muito nova mesmo, tem gente

---

<sup>4</sup> Avaliação 1

que ainda não fez todos. Por exemplo: eu só fiz um Avaliação 2. Mas antes de responder diretamente a pergunta, queria fazer rapidamente um relato dessas mudanças porque eu acho que elas tem sido para melhor. A gente começou, lá no início de 2000 e poucos, que era só Módulo Introdutório e Módulo de Avaliação e a gente chegou a conclusão que não valia a pena ir lá fazer uma avaliação só para dizer: “Acabou!” Faz uma avaliação de processo, acabou, avalia o que deu certo, o que não deu certo; avalia e acabou. E durante um tempo a gente debateu sobre isso e chegou a conclusão que precisa ter um Módulo de Avaliação no meio. Isso foi um avanço danado porque a gente podia voltar lá antes e dizer: “Olha, não esta muito bem por aqui, porque que vocês não fazem desse outro jeito?” Daí a gente percebeu que isso foi muito bacana porque realmente mudava; a gente chegava nesse momento e eles falavam assim: “Poxa, mas que bom que você veio aqui agora e disse isso porque agora a gente já sabe mais ou menos como vai fazer e vamos poder mudar as coisas.” E isso ajudava muito e agora, com o Módulo Introdutório 2, essa questão tem melhorado ainda mais porque você vai lá no Módulo Introdutório 1 e apresenta os instrumentos, as ferramentas para que eles possam construir a grade horária e, efetivamente, a execução do Programa. Dois meses depois você volta lá, porque uma coisa é você em uma sala apresentar como funciona e o que tem que ser feito, outra coisa é ele chegar na comunidade e fazer isso realmente acontecer. Como a gente imagina que deva acontecer, então, eles tem essa experiência de dois meses a partir da apresentação e da formação inicial até o Módulo Introdutório 2. Na verdade, o Módulo Introdutório 2 é meio que um início de avaliação, acho que é quase como um Módulo de Avaliação porque você retoma algumas questões que não ficaram tão claras e foram trabalhadas no Módulo Introdutório 1. Mas, principalmente, você verifica o que está acontecendo. Dois meses depois e ainda de forma muito cedo, muito inicial você tem condições de começar já a fazer ajustes, quer dizer, foi realmente um avanço essa mudança. E agora com a visita pedagógica e o Módulo de Avaliação 1 você realmente consegue fazer correções de rumo e aí, indo direto para a tua pergunta: a gente tem exemplos e exemplos, tem alguns locais que você chega no Módulo Introdutório, porque o Módulo Introdutório 2 é muito novo, mas você chega no Módulo Introdutório 1 e praticamente todos os agentes saíram. Às vezes até a Coordenação já saiu; às vezes mudou até a gestão do convênio e ai você chega no Módulo de Avaliação 1 e praticamente está tudo zero. É quase o Módulo Introdutório 1 de novo, então, o que avançou? Praticamente nada! Você quase que perdeu aqueles meses todos, mas também você chega a alguns lugares que não mudou quase ninguém e você

percebe que eles estão desenvolvendo o Programa. O Módulo de Avaliação 1, quando ainda não existia o Módulo Introdutório 2, era o primeiro contato que você tinha com eles depois que você foi no Módulo Introdutório 1. Quer dizer, você tem um primeiro contato pessoal de tudo aquilo que você planejou junto com eles lá no Módulo Introdutório 1 para ver se realmente está acontecendo e, na maior parte das vezes, quase que 100% das vezes você percebe que precisa fazer ajustes e que eles precisam mudar alguns rumos. E eles são super favoráveis a isso e o relato é recorrente é “Poxa, que bom que vocês vieram, que você voltou aqui, que a gente não tinha entendido direito, a gente estava fazendo uma coisa que não era bem assim, agora nós entendemos.” Há uma mudança de comportamento e de desenvolvimento das ações, mas aí tem um outro fator que é complicador dessa história porque nem sempre você consegue voltar lá todas as vezes. E isso não é legal, porque às vezes você faz o Módulo Introdutório 1, mas você não é a mesma pessoa que vai lá e volta em uma Avaliação 1. E isso não é uma falha de ninguém, é porque, às vezes, não é possível porque a pessoa vá. Sei lá, pode estar doente, ou porque ela está em outra formação. É verdade que a UFMG tenta fazer com que o mesmo formador volte e isso é muito importante, mas nem sempre isso é possível e, quando isso não é possível não é legal. Não que o outro formador não tenha capacidade, não é isso, mas é que é outra relação; você ainda não conhece as pessoas, então, você chega no Módulo de Avaliação 1 e não foi você que fez o Módulo Introdutório 1. Você tem meio que conhecer todo mundo de novo, entender, conhecer os locais, meio que você chega lá sem as condições necessárias; aí você não sabe se são os mesmos ou se não são, então, não é bacana. O legal quando dá tudo certo e isso não é sempre que acontece, eu não saberia dizer o percentual, mas não é tão alto. Quando dá tudo certo é o mesmo formador faz todas as formações e os mesmos agentes, ou pelo menos a maioria deles, em especial dos coordenadores permanecem, quando isso acontece a gente realmente percebe que as coisas fluem e ocorrem de uma maneira muito mais satisfatória de quando essas questões não acontecem.

L. A. – E teve alguma formação em específico que te marcou por algum motivo qualquer? Algum exemplo especial, exitoso?

R. T. – Assim, acho que essa pergunta vale o que vem primeiro à cabeça, o que vai ser mais bacana. Eu gosto daqueles que já tem experiência, por mais que seja até contraditório porque o Ministério tem trabalhado muito a história da autogestão e da municipalização...

Mas é a olhos claros, aqueles convênios que já fizeram algumas vezes, eles estão à frente dos outros. Quando a gente chega a um lugar que aquela mesma entidade já está no seu segundo, às vezes terceiro convênio, a gente chega lá e percebe que as coisas andam bem mais fáceis, eles já sabem o que eles precisam fazer. Isso é bem concreto. Eu acabei de voltar de uma formação Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Eles estão no sexto convênio e é basicamente a mesma equipe da Prefeitura, da Fundação Municipal de Esportes, logicamente, que os agentes mudaram muitas vezes, mas o pessoal da gestão é o mesmo. Então a gente chega lá e praticamente não tem mais problema, eles já sabem, tudo já está licitado, eles já contratam os agentes procurando perfis profissionais diversificados, então, eles já sabem que tem que ter gente do teatro, eles já sabem que ter que ter gente da Educação Física, do esporte, da música, da dança, enfim, já está tudo muito mais fácil. Enquanto a gente chega em locais que o pessoal ainda vai começar a licitar os materiais e a gente chega lá e os materiais já estão comprados e eles apresentam os materiais na formação, então, claramente como o Programa é um programa muito complexo de difícil execução, tanto do ponto de vista técnico burocrático, quanto do ponto de vista pedagógico, não é um programa simples. Eu acho que essa é a beleza dele, eu sempre digo que o que na minha opinião o PELC é o melhor programa público de lazer e de esporte já feito no país, na história do país. E ele é tão bom assim porque ele é difícil, porque ele é complexo, porque ele atende todas as faixas etárias, ele atende todos os conteúdos do lazer ele trabalha com a realidade local, com respeito à diversidade, quer dizer, ele é um programa complexo difícil de fazer. Em resumo: quando a gente chega em um local onde as pessoas já passaram por isso, já erraram muito, executando um dois três convênios as coisas funcionam bem mais fácil e a tendência é que aconteça com mais sucesso.

L. A. – E como é que é essa possibilidade de fazer o convênio novamente. Quando isso pode acontecer? Existe alguma situação que isso não pode acontecer, uma vez que existe um princípio de que depois haja uma municipalização, uma autogestão?

R. T. – Do ponto de vista legal não existe impedimento nenhum, até porque o convênio pode ser feito a partir de duas perspectivas: a partir da abertura do edital ou a partir da emenda parlamentar. Se for a partir da emenda parlamentar, se tiver um deputado federal, um senador que queira continuar colocando recurso dele e da emenda dele individual no PELC, é bom que isso aconteça. Aliás, era bom que acontecesse mais, não há

impedimento, então, o município, o Estado vai continuar recebendo aquela emenda e continuar fazendo ovos convênios. Como você sabe, não existe renovação de convênio; acabou o convênio a possibilidade é ter um novo convênio. Isso em alguns lugares tem acontecido quando a gestão municipal ou estadual percebe que é importante e quer continuar captando esse recurso, ela continua entrando nos editais ou continua mobilizando seus parlamentares para continuar colocando nas suas emendas. Eu não sei, eu confesso para você que eu não tenho certeza ainda se isso não é bom; que o município ou o Estado continue se articulando para continuar captando recurso. Tem uma linha de pessoas que acham que não, que em determinado momento ele não tem mais que fazer isso, que ele tem que se virar por conta própria, mas se virar por conta própria também é captar recurso, que afinal de contas os recursos do Governo Federal são para isso, são para serem disponibilizados para Estados e municípios, em especial para os municípios. Então é continuar com bons projetos nos editais abertos, continuar mobilizando seus senadores e seus deputados federais para continuar captando recurso e que bom que seja para área de lazer e esporte e não para outras áreas. Eu não sou daqueles que acham que não, que agora o município tem que ter recursos próprios para isso. Ou, pelo menos, que tenha que ter recursos só para isso. Em resumo, o que eu quero dizer é o seguinte: que os recursos para o desenvolvimento do PELC sejam próprios só do município, então, acho que é muito bacana quando você percebe que o município se envolveu e continua se mobilizando para isso, colocado mais recursos dele também, mas também continuando tentando captar recursos de outras esferas como por exemplo do Governo Federal. E eu acho que municipalizar vai pra além de você ter um programa de lazer sendo desenvolvido no município; municipalizar política de esporte e lazer, eu acho que é você perceber que naquele local se criou uma Secretaria de Esporte que não existia, ou uma fundação de esporte que não existia; carimbou recursos para isso, tem recursos destinados para políticas de lazer e esportes, se criou um Conselho Municipal de Esportes ou Estadual, se contrata pessoal especializado, tem concurso público para contratar profissionais que atuem nessa área. Às vezes a gente está muito preocupado se o município fez com que o PELC virasse municipal mas não está preocupado em verificar essas outras questões que talvez sejam até mais importantes, porque isso é que vai definir mesmo que uma política pública municipal de lazer e de esporte realmente se enraíze naquele local.

L. A. – E que pontos que você identifica que poderiam ser melhorados dentro do PELC?

R. T. – São inúmeros [risos] mas assim uma coisa é verdade: a gente não pode deixar de reconhecer que tem melhorado. Eu acompanho o PELC praticamente desde que ele nasceu e como formador desde 2007. A gente percebe que tem melhorado quase que ano a ano; quase que, sei lá, semestre a semestre. Sem dúvida tem melhorado mas esse é um processo que eu acho que não vai acabar nunca. Toda vez que melhora alguma coisa a gente descobre outra porque ele cresce, ele se aprofunda, ele avança, ele chega em lugares que não estava chegando. E para isso a gente tem que monitorar melhor, a gente tem que avaliar melhor, a gente tem que acompanhar, enfim, esse processo é um processo que não vai acabar nunca. Acho que o sistema que a gente criou de monitoramento e acompanhamento ainda é um sistema que precisa melhorar muito. Sem dúvida ele avançou mas ainda não dá conta de atender a demanda necessária. Isso é um problema do Governo Federal como um todo; é muito burocrático e carregar essa burocracia não é fácil. Os municípios não conseguem desenvolver isso de forma tão simples, então, a gente precisa tentar, logicamente respeitando a legislação que não é simples, mas tentar enxugar um pouco dessa burocracia; diminuir um pouco das exigências para que o município fique mais ágil e consiga fazer as coisas de maneira mais rápida. Muitas vezes a gente perde quase um ano fazendo uma licitação, um ano e meio fazendo uma licitação de materiais. Tem que encontrar um formato para que isso aconteça de uma maneira mais simples, mais ágil. Eu acho que a gente precisa pensar, e agora fiquei sabendo, que está sendo encaminhado uma forma de capacitar as pessoas que entram no projeto quando abre o edital. Mesmo os projetos que entram via as emendas parlamentares, eles ainda são projetos muito aquém do que podem ser, então, está se criando uma forma, se não me engano estão chamando de caravanas pedagógicas, que a gente vai fazer uma formação dos gestores ou das pessoas que vão entrar com o projeto. Isso vai facilitar muito inclusive a nossa vida, porque se a pessoa que está construindo a proposta, ela já entende minimamente como funciona a coisa toda, ela vai construir uma proposta mais capacitada, mais qualificada. Sei também que estão mudando as diretrizes mais uma vez, as diretrizes tem mudado direto, mas estão mudando mais uma vez, dando mais agilidade, dando mais facilidade, organizando melhor. Por exemplo, falando pontualmente de uma questão que eu acho séria que é a proposta de ter uma grade horária. Essa grade horária não serve para praticamente nada, porque quando a gente chega lá na formação a gente muda a grade horária inteira porque quem faz a grade horária: primeiro, que ela não entende o que é o PELC, ela faz só proforma; ela não sabe ainda onde vai funcionar, ela não sabe qual que é o perfil dos agentes, ela não teve

nenhuma preocupação com o estudo da realidade, se aquelas ações são realmente as atividades que a comunidade quer, então, ter a grade horária na proposta inicial na minha opinião é absolutamente desnecessária. Parece que agora eles estão realmente tirando essa questão da grade horária, enfim, precisa mudar algumas coisas. Mas o que é animador é que as pessoas que estão gerindo o PELC, tanto aqui do UFMG quando o pessoal do Ministério, eles estão atentos a isso e tem procurando mudar e avançar cada vez mais e isso vai continuar acho que sempre e é bom que continue porque vai sempre melhorar.

L. A. –Rodrigo, tem alguma coisa que você queria acrescentar. Do roteiro a gente finalizou as perguntas. Eu queria saber se você tem alguma outra consideração final para fazer?

R. T. – Acho que não, acho que a gente tratou de tudo. Só quero elogiar mais essa iniciativa, voltado para a história. Essa iniciativa da memória é bem bacana porque, afinal de contas como eu falei, não é opinião só minha é de muitas pessoas e é uma opinião minha que eu sempre bato nisso. Acho que o PELC é um programa que é o melhor programa construído na história do nosso país nessa área de políticas públicas de lazer e esporte; é uma tecnologia que, assim, na verdade, eu tenho dito isso muito: a gente construiu um programa que tem muita dificuldade de chegar em todos os cantos do Brasil porque ele é muito complexo e burocrático. É um programa que não tem muita escala, mas ele é um programa que construiu uma tecnologia que vai ficar; não tem governo que entre que vai acabar com essa tecnologia, o que a gente precisa agora é fazer com que as pessoas se apropriem dela, tanto gestores municipais e estaduais, profissionais, universidade... Se apropriem dessa tecnologia e essa questão da construção dessa proposta da memória do PELC é mais uma ferramenta da gente poder fazer com que um maior número de pessoas se apropriem dessa tecnologia para que em um futuro próximo, secretários municipais de esporte se apropriem dessa tecnologia e não precisem só ficar acessando o governo federal. Eles mesmos poderão desenvolver iniciativas com seus recursos, que não precisa ser o nome do PELC mas que sejam programas que tenham essa tecnologia desenvolvida. Eu acho que essa é a maior riqueza do PELC, esse é o maior legado que ele vai deixar e essa iniciativa de vocês vai contribuir para que isso se perpetue e que a gente possa, sei lá daqui a cinco, dez, vinte anos, ter ainda gente acessando essas plataformas, levantando esses dados e construindo efetivamente propostas. Não só do ponto de vista da pesquisa que é



importante mais pessoas escrevendo sobre isso, pesquisando sobre isso, publicando sobre isso, mas que efetivamente nas gestões também; que essa tecnologia possa fazer com que o maior número de programas sejam desenvolvidos pelo Brasil afora e com isso, que eu acho que é o mais importante, um maior número de pessoas no Brasil possam estar tendo a oportunidade da prática do lazer e do esporte de qualidade.

L. A. – Sim, concordo com você. Em nome do Centro de Memória do esporte e te agradeço novamente. Muito obrigado Rodrigo.

[FINAL DA ENTREVISTA]